



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

**PROCESSO SELETIVO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS DO
QUADRO DE ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR**

CADERNO DE PROVA

Dia: 21 de novembro de 2010.

Prova: Direito

Leia com atenção:

01. Só abra este caderno após ler todas as instruções e quando for autorizado pelos fiscais de sala.
02. Preencha seus dados pessoais no quadro abaixo.
03. Autorizado o início da prova, verifique se este caderno contém 40 questões.
04. Todas as questões desta prova são de múltipla escolha, apresentando como resposta uma alternativa correta.
05. Assinale a resposta de cada questão no corpo da prova e, só depois transfira os resultados para a Folha de Respostas.
06. Confira também, na sua Folha de Respostas, todos os seus dados impressos.
07. Para marcar a Folha de Respostas, utilize caneta esferográfica de cor azul ou preta. A marcação é definitiva, não admitindo rasuras e, em nenhuma hipótese, ela será substituída.
08. Não risque, não amasse, não dobre e não suje a Folha de Respostas, pois isso poderá prejudicá-lo.
09. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião, nem a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo da prova. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
10. Conforme item 7.12 do Edital:
É facultada ao candidato, após o decurso de 03h (três horas) da aplicação das provas, a transcrição de suas respostas, registradas no documento oficial (Folha de Respostas), para um formulário específico, denominado Folha de **Cópia de Respostas**, a ser entregue pela equipe de fiscalização.

sustente[®]
Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável

NOME: _____ SALA: _____

INSCRIÇÃO: _____ IDENTIDADE: _____ ORGÃO/UF: _____

REDAÇÃO – RASCUNHO

TEMA / TÍTULO DA REDAÇÃO:

O idoso em uma sociedade sustentável

1. _____

2. _____

3. _____

4. _____

5. _____

6. _____

7. _____

8. _____

9. _____

10. _____

11. _____

12. _____

13. _____

14. _____

15. _____

16. _____

17. _____

18. _____

19. _____

20. _____

21. _____

22. _____

23. _____

24. _____

25. _____

26. _____

27. _____

28. _____

29. _____

30. _____

Redija um texto dissertativo argumentativo, obedecendo aos critérios abaixo discriminados:

- Fidelidade à temática;
- Originalidade;
- Coerência, coesão e clareza na exposição das ideias;
- Atendimento às normas da língua formal;
- Obedecer ao limite de linhas (25 a 30)

PROVA: DIREITO

1. Dos princípios apontados abaixo, qual NÃO pode ser considerado princípio fundamental da República Federativa do Brasil:

- a) O princípio da dignidade da pessoa humana.
- b) O princípio do pluralismo político.
- c) O princípio da presunção da inocência.
- d) O princípio republicano.
- e) O princípio dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

2. Aponte a alternativa INCORRETA.

- a) A concessão de asilo político impede a posterior concessão de pedido extradicional.
- b) A Constituição da República Federativa do Brasil contempla, expressamente, o princípio da não-intervenção.
- c) A concessão de asilo político é o ato de soberania da competência do Presidente da República.
- d) O asilo político configura mecanismo da solidariedade universal.
- e) A constituição da República Federativa do Brasil inovou, ao trazer no seu texto, o princípio da prevalência dos direitos humanos.

3. Indique a alternativa CORRETA.

- a) Os direitos ditos de primeira geração são conhecidos como direitos de prestações negativas. Os de segunda geração são chamados direitos da fraternidade.
- b) Os direitos fundamentais são, em regra, relativos, porém, as proibições à tortura e ao tratamento desumano ou degradante não devem ser relativizados.
- c) O Supremo Tribunal Federal já decidiu que a medida provisória não pode tratar de matéria penal.
- d) Em consideração ao preâmbulo da Constituição da República Federativa do Brasil, é de repetição obrigatória, pelas Constituições Estaduais, a invocação da divindade.
- e) É garantido o direito de reunião, de forma pacífica, sem armas e em locais abertos ao público, desde que haja prévia autorização do Poder Público.

4. Considerando as normas constitucionais acerca do Poder Legislativo, pode-se afirmar que:

- a) O Poder Legislativo dos Estados é constituído sob regime bicameral.
- b) As Comissões Parlamentares de Inquérito, no âmbito federal, são dotadas dos poderes investigativos próprios da autoridade judicial, podendo promover a responsabilização civil e criminal dos infratores.

- c) Compete privativamente à Câmara dos Deputados processar e julgar o Presidente da República nos crimes de responsabilidade.
- d) As imunidades – material e formal - podem ser objeto de renúncia por parte dos partidos políticos.
- e) O Senado Federal é formado por representantes dos Estados, eleitos pelo sistema majoritário.

5. Determinado Município, através de lei, determinou que o horário de funcionamento bancário seria das oito horas da manhã até às cinco horas da tarde, de segunda a sábado. Acerca da referida lei, pode-se afirmar que:

- a) É constitucional, pois compete aos Municípios legislar sobre assunto de interesse local.
- b) É constitucional, pois compete aos Municípios legislar sobre direito do consumidor.
- c) É inconstitucional, por vício de competência, conforme a jurisprudência do STJ.
- d) É inconstitucional, porque a Constituição não permite o funcionamento das agências bancárias no sábado.
- e) É constitucional, pois compete aos Municípios tratar de matéria de direito comercial.

6. NÃO compete aos Tribunais Regionais Federais, processar e julgar, originariamente:

- a) Ação rescisória de seus julgados.
- b) Revisão criminal de seus julgados.
- c) Habeasdata contra ato do Presidente do próprio TRF.
- d) Habeascorpus quando a autoridade coatora for juiz federal.
- e) Conflito de competência entre juiz federal e juiz estadual.

7. NÃO é legitimado para propor ação declaratória de constitucionalidade:

- a) Mesa da Câmara dos Deputados.
- b) Mesa da Câmara Legislativa do Distrito Federal.
- c) Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil.
- d) Partido político com representação no Congresso Nacional.
- e) Entidade de classe de âmbito nacional.

8. Dentre as alternativas abaixo, indique aquela que NÃO compete ao Supremo Tribunal Federal julgar, mediante recurso extraordinário:

- a) Causa decidida em única instância, quando a decisão recorrida contrariar dispositivo da Constituição Federal.
- b) Causa decidida em última instância, quando a decisão recorrida declarar a inconstitucionalidade de tratado internacional.

- c) Causa decidida em única instância, quando a decisão recorrida julgar válido ato de governo local, contestado em face da Constituição Federal.
- d) Causa decidida em última instância, quando a decisão recorrida julgar válida lei local, contestada em face de lei federal.
- e) Causa decidida em única instância, quando a decisão recorrida julgar crime político.
- 9.** No que se refere ao servidor público da administração direta que esteja no exercício de mandato eletivo, a Constituição Federal manda aplicar as seguintes disposições, EXCETO:
- a) Tratando-se de mandato eletivo distrital, ficará afastado de seu cargo.
- b) Investido no mandato de prefeito, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- c) Investido no mandato de vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- d) Em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais.
- e) Para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.
- 10.** Segundo a Constituição Federal, é vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime próprio de previdência do servidor público. Mas, a Carta Magna prevê exceções a esta regra, nos termos definidos em lei complementar, dentre as quais NÃO se encaixa:
- a) O caso de servidores portadores de deficiência.
- b) O caso de servidores que exerçam atividades de risco.
- c) O caso de servidores cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde.
- d) O caso de servidores que exerçam atividade judicante ou ministerial.
- e) O caso de servidores cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a integridade física.
- 11.** Acerca do princípio da legalidade, é INCORRETO afirmar:
- a) O princípio da legalidade só veio a ser positivado, no ordenamento pátrio, com a lei n. 4717/65 (lei da ação popular).
- b) O seu conteúdo indica que a atividade administrativa não pode se afastar do disposto na lei, sob pena de invalidade e responsabilidade.
- c) O princípio protege o particular contra atuações arbitrárias da Administração Pública.
- d) O princípio da reserva legal é princípio mais amplo que o da legalidade.
- e) O princípio decorre da própria existência do Estado Democrático de Direito.
- 12.** No que se refere aos princípios administrativos, é CORRETO afirmar que:
- a) O princípio da moralidade é princípio constitucional implícito.
- b) Para Celso Antônio Bandeira de Mello, o princípio da impessoalidade tem conteúdo diverso do princípio da isonomia.
- c) Não se reconhece conteúdo normológico aos princípios, estes assumem, apenas, caráter orientador da interpretação.
- d) Os princípios de Direito Administrativo são monovalentes, ou seja, só se aplicam a um único ramo do Direito.
- e) O princípio da eficiência foi introduzido expressamente na Constituição Federal por ingerência da denominada Reforma Administrativa.
- 13.** O enunciado da súmula vinculante n. 13 dispõe que “A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica, investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal”. Qual dos princípios abaixo representa o fundamento direto da referida súmula?
- a) Princípio da eficiência.
- b) Princípio da indisponibilidade do interesse público.
- c) Princípio da impessoalidade.
- d) Princípio federativo.
- e) Princípio da publicidade.
- 14.** Aponte a alternativa CORRETA:
- a) Para Hely Lopes, a publicidade é requisito de forma do ato administrativo.
- b) Conforme já decidiu o STF, a mera notícia, veiculada pela imprensa falada, escrita ou televisiva, como a Voz do Brasil, de ato praticado pela Administração, atende ao princípio da publicidade.
- c) O princípio da eficiência é corolário da chamada administração gerencial.

- d) Ante o princípio da continuidade do serviço público, não há possibilidade legal que permita ao particular, que contrata com a Administração, valer-se da exceção do contrato não cumprido.
- e) O princípio da separação dos Poderes veda que o Congresso Nacional possa sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar.

15. Segundo a lei 9784/99 que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, é INCORRETO afirmar que:

- a) Os atos administrativos do processo administrativo independem de forma determinada, senão, quando a lei expressamente a exigir.
- b) Os atos administrativos que neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses deverão ser motivados.
- c) A Administração Pública deve revogar seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode anulá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
- d) O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em 5 (cinco) anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
- e) Os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração, desde que se evidencie a não ocorrência de lesão ao interesse público ou de prejuízos a terceiros.

16. Sobre o conceito de ato administrativo, é CORRETO afirmar que:

- a) A morte de servidor em decorrência de um enfarto do miocárdio, consequência de uma cardiopatia grave, tem como efeito jurídico a vacância do cargo ora ocupado pelo de cujus. Assim, podemos concluir que, face o efeito jurídico gerado, é a morte do servidor um ato administrativo.
- b) Só quem está no exercício da função administrativa pode praticar um ato administrativo.
- c) A Administração tem plena liberdade de escolha dos efeitos jurídicos decorrentes do ato administrativo.
- d) Os atos de gestão, praticados pela Administração Pública, são considerados como espécie de atos administrativos.
- e) Os atos praticados por particulares nas delegações de serviços públicos não podem ser considerados atos administrativos.

17. Qual das alternativas abaixo é INCORRETA?

- a) A presunção de validade dos atos administrativos é juris tantum.
- b) A imperatividade dos atos administrativos decorre do chamado poder extroverso da Administração.
- c) O caráter da executoriedade ou autoexecutoriedade dos atos administrativos implica que os mesmos possam ser executados e seus efeitos verificados independentemente de manifestação do Judiciário.
- d) As expressões motivo e motivação, como elementos dos atos administrativos, devem ser entendidas como sinônimas.
- e) É concebível a existência de ato administrativo perfeito, inválido e eficaz.

18. A lei temporária n. 22.123, em vigor desde 23 de janeiro de 2009 e cuja vigência expirou no dia 14 de maio de 2009, passou a considerar crime uma determinada conduta “X”, determinando para a infração a pena de 2 a 4 anos de reclusão. João Tibúrcio, no dia 13 de maio de 2009, realiza a referida conduta “X”. Como consequência de seu ato, João foi processado e, no dia 15 de março de 2010, condenado com base na lei 22.123. Dado o caso hipotético e, considerando as disposições do Código Penal pátrio acerca da aplicação da lei penal no tempo, aponte a afirmação CORRETA:

- a) João não poderia ter sido condenado, pois a lei temporária só permite a ultratividade nos casos de crimes imprescritíveis.
- b) João não poderia ser condenado, em virtude da retroatividade benéfica, já que a lei não mais se encontrava em vigor na data da sentença.
- c) A condenação de João é acertada, uma vez que está de acordo com a ultratividade das leis temporárias e excepcionais.
- d) Não é acertada a condenação de João, tendo em consideração as disposições gerais contidas na parte geral do Código Penal pátrio.
- e) Subsiste guarida para a condenação de João em virtude da aplicação da teoria do ubiqüidade em matéria de lei penal no tempo.

19. Um crime praticado contra a vida do Presidente da República Federativa do Brasil quando este se encontrava a bordo de um navio oficial do governo espanhol, ancorado em porto da Espanha:

- a) É hipótese de incidência da legislação brasileira, por ser considerado o local onde se encontra o Presidente da República território por equiparação.
- b) É hipótese de extraterritorialidade incondicionada, justificada pelo princípio da unidade de jurisdição.
- c) É hipótese de aplicação da legislação brasileira, apesar de não contemplada expressamente pela legislação.

- d) Não faz incidir a legislação brasileira.
e) É hipótese de extraterritorialidade incondicionada, justificada pelo princípio da proteção ou da defesa.
- 20.** No que concerne ao crime tentado, é CORRETO afirmar que:
- a) Não existe diferença entre o dolo do crime tentado e o dolo do crime consumado.
b) No caso de imposição de pena privativa de liberdade, a consideração da tentativa não influi na dosimetria da pena.
c) Os delitos unissubsistentes admitem a forma tentada.
d) Sendo reconhecida a absoluta impropriedade do objeto, teremos crime impossível, o que não acontece no caso de absoluta ineficácia do meio, que impõe a punição pela tentativa.
e) As contravenções penais permitem a punição na forma tentada.
- 21.** Marque a alternativa INCORRETA:
- a) O dolo direto se subdivide em dolo de primeiro e de segundo grau.
b) A culpa consiste na quebra de uma dever de cuidado objetivo.
c) O dolo híbrido tem como elementos a consciência, a vontade e a consciência da ilicitude.
d) Conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o flagrante preparado é hipótese de crime impossível.
e) Existe divergência sobre a natureza jurídica dos chamados ofendículos, dos quais são exemplos as cercas eletrificadas, mas a sua utilização constitui evidente perigo à incolumidade pública, sendo inadmissível ante a teoria da imputação objetiva.
- 22.** Sobre os crimes contra a Administração Pública, aponte a alternativa INCORRETA:
- a) O particular que ofende a honra de empregado de empresa concessionária de serviço público não responde pelo crime de desacato, conforme tem decidido o Supremo Tribunal Federal.
b) O Código Penal Brasileiro não pune o chamado peculato-uso.
c) As condutas descritas pela lei n. 8429/92 (lei de improbidade administrativa) sempre configuram crimes contra a Administração Pública.
d) Qualquer pessoa pode ser sujeito ativo do crime de corrupção ativa.
e) A legislação penal prevê o crime de contrabando ou descaminho como crime praticado por particular contra a Administração Pública em geral.
- 23.** NÃO é fato que faz cessar a incapacidade dos menores de idade:
- a) A concessão por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos.
b) O casamento.
c) O exercício de emprego público.
d) A colação de grau em curso de ensino superior.
e) O estabelecimento civil, desde que, em função dele, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.
- 24.** O Código Civil brasileiro não reconhece personalidade jurídica a:
- a) Uma entidade de caráter público criada por lei.
b) Um território federal.
c) Um tribunal de justiça.
d) Uma organização religiosa.
e) Uma associação pública.
- 25.** NÃO é um bem público:
- a) Uma fortificação militar pertencente à União Federal.
b) Um bem de uso comum do povo.
c) Um bem dominical.
d) Um imóvel sede de embaixada estrangeira, pertencente a uma pessoa jurídica de direito público externo.
e) Um bem de uso especial.
- 26.** No tocante aos negócios jurídicos, NÃO se pode afirmar que:
- a) A manifestação de vontade subsiste ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento.
b) O silêncio importa anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa.
c) Nas declarações de vontade se atenderá mais à intenção nelas consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem.
d) Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé.
e) A renúncia permite interpretação ampla.
- 27.** O art. 50 do Código Civil de 2002 trata da chamada desconsideração da personalidade jurídica – *disregard doctrine* –, permitida quando ocorrer “abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial”. Esse instituto pode ser utilizado pelo juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, e acarreta:

- a) A extensão dos efeitos de certas e determinadas relações de obrigações aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.
b) O desfazimento de negócios jurídicos maliciosos.
c) A intervenção judicial na gestão do empreendimento.
d) A anulação de atos ilícitos.
e) A anulação dos instrumentos públicos de representação da pessoa jurídica.
- 28.** Quais os institutos jurídicos referenciados nas assertivas abaixo?
1. Causa extintiva da pretensão de direito material pelo seu não exercício no prazo estipulado pela lei.
 2. Perda do direito à ação para quem motiva, por três vezes consecutivas, a extinção do processo por não promover os atos e diligências que lhe competirem.
 3. Perda do exercício de uma faculdade processual não efetivada no momento próprio.
 4. Causa extintiva do próprio direito, pelo seu não exercício no prazo estipulado em lei, contrato ou testamento.
- a) 1-decadência / 2-perempção / 3-preclusão / 4-prescrição
b) 1-decadência / 2-preclusão / 3-prescrição / 4-perempção
c) 1-perempção / 2-decadência / 3-preclusão / 4-prescrição
d) 1-preclusão / 2-prescrição / 3-perempção / 4-decadência
e) 1-prescrição / 2-perempção / 3-preclusão / 4-decadência
- 29.** Segundo a exegese constitucional, as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa:
- a) Podem ser restringidas por lei.
 - b) São asseguradas no processo administrativo, mas com ressalvas.
 - c) Não se coadunam com os meios e recursos a ela inerentes.
 - d) São facultativas no processo administrativo.
 - e) Devem ser asseguradas amplamente, tanto no processo judicial quanto no administrativo.
- 30.** O art. 2º do Código de Processo Civil – “Nenhum juiz prestará a tutela jurisdicional senão quando a parte ou o interessado a requerer, nos casos e formas legais” – encarta um princípio fundamental da jurisdição, conhecido também por princípio da demanda, ou *neprocedatiudexexofficio*. O outro nome dado a esse princípio é o do (a):
- a) Juiz natural.
 - b) Inércia.
 - c) Indelegabilidade.
 - d) Inevitabilidade.
 - e) Investidura regular.
- 31.** Diz o art. 87 do Código de Processo Civil: “Determina-se a competência no momento em que a ação é proposta. São irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem o órgão judiciário ou alterarem a competência em razão da matéria ou da hierarquia”. Trata-se do princípio do (a):
- a) *perpetuatiojurisdictionis*
 - b) *vexata quaestio*
 - c) *non liquet*
 - d) *beneficiumcompetentiae*
 - e) *exceptiolitispendentiae*
- 32.** De acordo com as regras de competência internacional, a autoridade judiciária brasileira será competente para julgar o caso em todas as situações relatadas nas alternativas abaixo, EXCETO:
- a) O réu, pessoa física estrangeira, for domiciliado no Brasil.
 - b) O réu, pessoa jurídica estrangeira, tiver representante no Brasil.
 - c) No Brasil, tiver de ser cumprida a obrigação.
 - d) A ação se originar de fato ocorrido no Brasil.
 - e) A ação se originar de ato praticado no Brasil.
- 33.** As regras processuais civis só admitem a arguição da incompetência relativa por meio de:
- a) Conflito de competência.
 - b) Recurso impróprio.
 - c) Postulação de ofício.
 - d) Exceção.
 - e) Ação autônoma.
- 34.** O legislador processual civil brasileiro, influenciado pela doutrina de Chiovenda, utiliza três critérios determinantes da competência: o funcional, o territorial e o objetivo. NÃO diz respeito a este último – critério objetivo – a seguinte assertiva:
- a) Competência *ratione personae*.
 - b) Competência em razão do valor da causa.
 - c) Competência *ratione materiae*.
 - d) Competência em razão da condição das pessoas envolvidas.
 - e) Competência *ratione loci*.

35. Dentre as recentes reformas introduzidas no Processo Civil brasileiro, com o escopo de tornar mais célere a prestação jurisdicional, pode-se destacar a introdução de novos institutos processuais, dentre os quais encontram-se:

- a) A *classaction certification*.
- b) A súmula impeditiva de recursos.
- c) A súmula vinculante.
- d) A arbitragem obrigatória.
- e) O precedente obrigatório.

36. São todos recursos cabíveis no processo civil brasileiro, EXCETO:

- a) Apelação, agravo, embargos infringentes.
- b) Embargos de declaração, recurso ordinário, recurso especial.
- c) Recurso extraordinário, embargos de divergência, agravo de instrumento.
- d) Mandado de segurança, suspensão de liminar, correição parcial.
- e) Agravo recursal, recurso extraordinário, recurso ordinário.

37. Segundo definição do Código de Processo Civil, são situações que permitem o litisconsórcio, EXCETO:

- a) Quando entre duas ou mais pessoas houver comunhão de direitos relativamente à lide.
- b) Quando as obrigações derivarem do mesmo fundamento de direito.
- c) Quando entre as causas houver conexão pela causa de pedir.
- d) Quando ocorrer afinidade de questões por um ponto comum de fato.
- e) Quando o fiador réu chama na ação o devedor original da obrigação.

38. Assinale a alternativa correta:

- a) O início do prazo prescricional indica a contagem para o fisco poder lançar o crédito tributário.
- b) A contagem do prazo prescricional se inicia no primeiro dia seguinte ao vencimento do prazo dado ao sujeito passivo para adimplir o crédito tributário definitivamente constituído.
- c) As leis tributárias concedem um prazo para que o notificado efetive o pagamento ou impetre impugnação. Embora o crédito ainda não seja exigível, corre a prescrição para efeito de inscrição do débito em dívida ativa.
- d) O crédito tributário adimplido é obrigatoriamente inscrito em dívida ativa, para ser cobrado judicialmente. Uma vez inscrito, presume-se líquido e certo.
- e) A inscrição em dívida ativa, para apurar a certeza e liquidez do crédito, extinguirá a prescrição, para

todos os efeitos de direito, por 180 (cento e oitenta) dias.

39. Tratando-se de tributos lançados por homologação, em relação ao momento da ocorrência do fato gerador da obrigação tributária, inicia-se o prazo da contagem:

- a) Para compensação dos créditos pagos a maior.
- b) Para decadência do direito de lançamento do crédito tributário.
- c) Para prescrição do direito de cobrança do crédito tributário.
- d) Para remissão dos débitos não pagos.
- e) Para suspensão do crédito tributário.

40. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) As taxas são cobradas independentemente de uma atividade estatal.
- b) O imposto caracteriza-se como um tributo vinculado.
- c) O imposto tem como fato gerador um serviço específico posto à disposição do contribuinte.
- d) Taxas e impostos são tributos vinculados.
- e) As taxas são cobradas, levando-se em conta a existência de uma atividade estatal prestada ao contribuinte.